

**HABEAS CORPUS Nº 568.250 - SP (2020/0073305-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : FRANCISCO MOSCATELLI NETO  
**ADVOGADO** : FRANCISCO MOSCATELLI NETO - SP334186  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROGEL CESAR DE MORAIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. CUSTÓDIA PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES.

Petição inicial indeferida liminarmente.

**DECISÃO**

É evidente a deficiência na instrução do pedido ora apresentado – de que seja revogada a prisão preventiva de **Rogel Cesar de Moraes** nos Autos n. 1502628-29.2019.8.26.0548, da 6ª Vara Criminal da comarca de Campinas/SP –, porquanto a inicial veio desacompanhada de cópia da decisão que decretou a custódia.

Isso prejudica a compreensão exata do caso, inviabilizando, assim, o exame do apontado constrangimento ilegal.

Ora, o *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado, o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Por tais razões, **indefiro liminarmente** o pedido de *habeas corpus* nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator